

A importância de reduzir o tamanho do Congresso Nacional

GAZETA MERCANTIL

- 2 SET 1986

Gutemberg B. de
Macedo (*)

Durante os últimos anos, as empresas estatais têm sido alvo das mais severas e contundentes críticas, pelo seu gigantismo, monopólio em setores importantes da economia, desperdício, malversação do dinheiro público, empregismo exagerado, nepotismo, ineficiência administrativa e gerencial e, não raro, corrupção institucionalizada. A título de lembrança, recordemos as mais recentes: Suframa e Serpro.

Nenhum brasileiro bem informado se esquecerá das longas e detalhadas reportagens realizadas, entre tantas, pelo *Jornal da Tarde*, sob o título "A República Socialista Soviética do Brasil", cujos trabalhos se tornaram peças típicas do que tem sido escrito sobre tão controversa matéria.

Com frequência, e quase diariamente, representantes da classe empresarial, editorialistas e alguns poucos da classe política têm levantado suas vozes contra tais práticas, sem dúvida lesivas aos contribuintes e à prosperidade nacional; e têm também sugerido medidas, que vão da necessidade urgente de uma radical reforma administrativa, advogada pelo ministro Aluizio Alves, da criação de uma "holding", tema político atual, bem como da abertura de capital, venda e até fechamento de empresas deficitárias.

A título de memória, lembremo-nos de que, pouco tempo atrás, o doutor Roberto Gusmão defendeu, como ministro da Indústria e do Comércio, o fechamento de órgãos governamentais, tais como o Instituto do Açúcar e do Alcool, o Instituto Brasileiro do Café e a Empresa Brasileira de Turismo.

No entanto, no instante em que todo o País se prepara para eleger seus constituintes, os quais terão de elaborar, discutir, votar, aprovar e dotar o Brasil de uma nova Constituição, convém atentar para um outro assunto que, certamente, despertará discussões acirradas: o papel e o tamanho do Congresso Nacional, hoje constituído por 548 deputados federais e senadores. Quando cuidadosa e desapassionadamente

avaliado, sentimos que esta é uma instituição para a qual todos os brasileiros, e não somente os empresários, os políticos e os jornalistas, deveriam voltar suas atenções, em função do poder e da responsabilidade que têm perante a Nação.

Os contribuintes gastam anualmente com esta instituição cerca de CZ\$ 2,552 trilhões entre salários e benefícios, afora os favores obtidos e não discutidos em público, decorrentes do abuso dos parlamentares que usufruem do empregismo de familiares ("trem da alegria"), concessões de canais de rádio e TV, empréstimos subsidiados, bolsas de estudo, mordomias, recebimento de "jetons" (mesmo sem a participação nas sessões do Congresso), viagens internacionais, "espírito de corpo", desvio de verbas e uso indevido da gráfica do Congresso por ocasião de campanhas políticas.

Com certa frequência, pequeno segmento da sociedade toma conhecimento sobre membros do Congresso Nacional, os quais, quando conduzindo suas campanhas políticas, nos seus respectivos estados, não solicitam seus afastamentos das atividades parlamentares como mandam a consciência ética, a natureza moral e de liderança do seu ofício e, sobretudo, as leis do País.

Uma análise objetiva sobre o tamanho do Congresso Nacional demonstra que este poderia ser reduzido em pelo menos 50% sem que a nação brasileira sentisse sua falta e, em contrapartida, certamente, a Nação teria um Poder Legislativo mais preparado, competente, atuante e com homens com forte sentimento de "calling", usando-se uma expressão teológica do Século XVI.

O Congresso dos Estados Unidos tem 535 membros, enquanto o Congresso brasileiro possui 548 membros. Esse número é indicativo do gigantismo e do tamanho desproporcional do nosso Congresso, num país que enfrenta graves problemas, insolúveis a curto e médio prazo, nas áreas de educação, saúde, transporte, alimentação, habitação e segurança nos grandes centros, além de uma gigante dívida externa de US\$ 100 bilhões, associada, concomitantemente, a uma dívida interna da ordem de CZ\$ 350 bilhões a CZ\$ 400 bilhões.

São de estarrecer qual-

quer cidadão lúcido os números acima fornecidos. Como justificar um Congresso Nacional com tantos membros e tantos funcionários, se os EUA, um país com uma economia mais sofisticada, com interesses ao redor do mundo (estratégicos, econômicos, militares, de pesquisas, etc.), e ainda mais rico e mais desenvolvido, considerado a primeira potência do mundo, possuem um Congresso menor do que o brasileiro não somente em número de deputados e senadores, mas também no número de pessoas que compõe o seu corpo administrativo?

Não há como justificar, dos pontos de vista econômico-financeiro, geográfico, demográfico e eleitoral-representativo, o gigantismo do Congresso Nacional.

Exemplificando, é bom lembrar que na Câmara dos Deputados, na sessão ordinária, conhecida como "grande expediente", somente dois parlamentares podem falar por um período de meia hora cada. Isso significa que, durante o ano inteiro, levando-se em consideração cinco dias por semana (segunda a sexta-feira), excluindo-se apenas o recesso parlamentar, 159 deputados, dos 479 existen-

tes, não têm oportunidade para expor idéias ou projetos.

Por que penalizar o contribuinte e como justificar o emprego destes cidadãos pertencentes a uma classe privilegiada, que se tratam entre si por "excelência" quando em geral não são exemplos à Nação em palavras, gestos ou ações.

A Nação tem visto com perplexidade a conduta de alguns destes senhores, no seu "habitat" de trabalho e amargurada, em sua quase impotência diante de uma realidade deplorável, triste e reprovável. Quem escutar a "Hora do Brasil", como faço com certa frequência, certamente ficará estarrecido diante da pobreza intelectual daqueles que hoje compõem o nosso Congresso Nacional. Em matéria recentemente publicada no jornal *Folha de São Paulo*, comenta-se sobre a quantidade de projetos apresentados por estes senhores, os quais, como costumeiramente acontece, jamais saíram dos papéis, jamais serão discutidos muito menos apreciados em plenário, uma vez que são feitos apenas para justificar a presença do parlamentar e para sobrecarregar uma secretária, pois, caso viessem a ser aprova-

dos, jamais beneficiariam o País.

Devemos repensar, como cidadãos, no amanhecer da Constituinte, sobre o tamanho gigantesco e o papel de um novo Congresso. Será que sabemos identificar o verdadeiro papel daqueles que haverão de nos representar, por ocasião da elaboração de uma nova Constituição e, acima de tudo, quais as qualidades que deverão ter?

O Poder Legislativo é por demais importante e peça fundamental na sustentação de uma democracia estável e duradoura. Hoje, não podemos ficar recitando os mesmos discursos, de que o Congresso Nacional tem perdido sua vocação legislativa, como resultado de vários anos de regime autoritário. E hora para que os membros do Congresso esqueçam o passado e assumam a responsabilidade pelos seus hábitos, de forma que o Congresso possa daqui para a frente contar com a capacidade e o talento para legislar em benefício da sociedade como um todo, e não no interesse de regiões ou dos seus próprios membros.

(*) Diretor geral da Gutemberg Consultores S/C Ltda., de São Paulo.